

A Nova História Cultural

Prof^a. Ms. Jessika matos Paes de Barros.¹

Prof. João Ernesto Paes de Barros²

Introdução.

“Para fazer história, virem resolutamente às costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida, na vida intelectual sem dúvida, em toda sua variedade” (*FEBVRE, 1977 p.56.*)

O tema da Nova História Cultural, deve ser atentamente observado e apreendido. Aqui, neste artigo, vamos apresentar breves considerações sobre o tema com base nas leituras de Febvre, Burke, Guinzburg, Chartier, Martin e principalmente em De Certeau.

Cabe destacar a importância do percurso evolutivo do campo da história no séc. XX. A construção de novas perspectivas com a contribuição dos historiadores, quanto a evolução do entendimento da importância e amplitude que se deveria dar ao campo da história e o quanto a mesma estava estagnada, rompendo com os ideais positivistas e marxistas predominantes à época foi um salto de realizações e possibilidades para novas pesquisas.

Antes da revolução das idéias, os historiadores utilizavam os conceitos de ciência para produzir e provar resultados de pesquisas, e a ela estavam atrelados e limitados, só podendo afirmar como verdadeiro, aqueles resultados que pudessem ser provados através dos métodos científicos da época, pois a somente através da Ciência haveria credibilidade as afirmações da verdade.

¹ Prof^a Mestre em Educação- doutoranda em Formação de adultos na Universidade de Lisboa -2011.

² Professor Mestre em Educação Universidade Federal de Mato Grosso em História da Educação.

Havia uma postura positivista diante dos fatos, acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar.

Segundo as pesquisadoras (BIRARDI, CASTELANI, BELATTO s/d), os positivistas acreditavam que o conhecimento se explicava por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra. Esta forma de interpretar os fatos, dar a eles valor de verdadeiros e comprovados somente por meio da ciência, predominou até os anos de 1920 a 1930.

A partir da segunda metade do século XX alguns historiadores rompendo com a estagnação e limitação do campo de pesquisa do historiador, construíram novos conceitos por meio da releitura dos trabalhos de alguns estudiosos de outras áreas das Ciências Humanas, tais como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Sobre Bakhtin, Burke (2005 p.71) alega que este proporcionou aos historiadores uma percepção das várias vozes existentes nos documentos históricos, concentrando-se em compreender a polifonia que estes carregam, trazendo pressupostos teóricos e metodológicos da Semiótica para o instrumental de pesquisa e de análise da História.

Já sobre as contribuições Foucault, Burke (2005, p.74) afirma que ele trouxe o discurso sobre a crítica dos “regimes de verdade” do Estado, e das Ciências, problematizando-os como expressões de determinada cultura e direcionando o olhar do historiador para o controle social sobre o eu e sobre o corpo.

No caso de Bourdieu, Burke (2005, p.76) aduz que este colaborou com o debate dos temas históricos o conceito de campo, a teoria da prática/habitus, as idéias sobre reprodução cultural, capital cultural e capital simbólico, construindo uma análise sobre a cultura em termos de bens, de produção, de mercado, de investimento, buscando compreender qual a relação que se estabelece a partir desse olhar entre a construção de identidades e as possibilidades de mudança social.

Esta nova historiografia, baseada em fatores inovadores, antes esquecido ou desdenhado pela academia e pesquisadores, teve início com o surgimento da *École des Annales*, na França. Seus fundadores foram Lucien Febvre e Marc Bloch, aliados a outros colegas historiadores que acreditavam numa forma de fazer história mais livre, ampla e com presença do pesquisador

e seus ideais de forma participativa e ativa do processo de pesquisa, e não mero observador.

Sobre estes acontecimentos, Bourd  e Martin tecem o seguinte comentário:

Erguendo-se contra a domina o da Escola Positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discretamente em 'A Revista de Síntese' durante os anos 1920, mais francamente na 'Revista Les Annales' durante os anos 1930. (BOURDÉ e MARTIN, 2000 p. 119).

Em sua obra "O combate pela História" Febvre (1977, p. 23/ 24) defende que:

Toda história   escolha, pois o historiador cria os seus materiais, ou se, se quiser, recria-os; em outras palavras, o historiador parte para o passado com uma inten o precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Acredito que o autor quis enfatizar com esta afirma o que existe a necessidade de haver uma história constituída de fontes diversas, não somente por documentos oficiais, mas também por fatos e textos, e que possa dar a abertura da problematiza o como norte da pesquisa.

Ao longo do século XX o movimento dos *Annales*, expandiu-se de maneira a contribuir para o crescimento das pesquisas em qualidade e diversidade de fontes de informa o que pudessem subsidiar o historiador com uma concep o mais voltada para análise do ponto de vista social e tendo como suporte, não somente documentos oficiais, mas também relatos de memórias, entrevistas e fotografias. As inova es não foram somente quanto às fontes, mas também quanto aos temas a serem abordados, que até então eram renegados como aqueles que se referissem a minoria, folclores, e classes de trabalhadores e metodologias de pesquisa.

  neste contexto que Bourd  e Martin, afirmam o seguinte:

'Depois da funda o dos Annales (...) o historiador quis-se e fez-se economista, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista (...). A História  , se pode dizer, um dos ofícios menos estruturados da ciência social, portanto um dos mais flexíveis, dos mais abertos (...). A História continuou, dentro desta mesma linha, a alimentar-se das outras ciências do homem (...) há uma história econ mica (...), uma maravilhosa história geográfica (...), uma demografia histórica (...); há mesmo uma história social (...) Mas se a história onipresente põe em causa o social no seu todo,   sempre a partir deste movimento do tempo (...). A História dialética da dura o ("...")   o estudo do social, de todo o social; e portanto do passado e portando também do presente". (MARTIN e BOURDÉ, 2000, p. 131)

A nova história recusa a hipótese de um tempo linear, cumulativo e irreversível, até então defendido pelos historiadores tradicionais. Para os historiadores novos a história não podia ser conhecida e não podia, sobretudo ser produzida, com base em uma compreensão especulativa e revolucionária do tempo histórico. (BIRARDI, CASTELANI, BELATTO s/d) .

Assim a história que até então se contentava com a narrativa dos fatos históricos, passou a caracterizar-se por uma história-problema, utilizando-se da interdisciplinaridade para se constituir, valorizando os fatos recorrentes, ao lado dos singulares, trabalhando o cotidiano.

Achamos importante aqui fazer uma diferenciação entre a história-problema e história-narrativa. A história-narrativa era forma de pesquisa defendida pelos positivistas aos moldes da ciência, onde não deveria haver interferência do pesquisador com sua fonte e sujeitos de pesquisa. Os historiadores da Nova História Cultural defendem o formato de história-problema, que nesta linha de pesquisa o historiador não se anula, ao contrário, ele elege seu objeto de estudo no presente, questionando-o no passado, deixa expressa sua opinião crítica, explicando os documentos, técnicas e formas utilizadas.

Seguindo no mesmo ideal de uma historiografia livre de concepções marxistas, Burke (1992, p. 12) aponta que: "Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas".

No mesmo sentido, Febvre (1977) determina como sendo tarefa do novo historiador delimitar o que, em um tempo histórico dado e perceptível; isto é, reconstrua uma "estrutura", evidenciando suas linhas de demarcação no tempo, procurando remontar uma estrutura "total", recompondo todos os seus sistemas e analisando-as a partir de suas inter-relações, interdependências que refletem uma época, uma civilização como um todo.

Um importante colaborador da revista dos Annales, foi Braudel (1992) que lançou as bases de uma concepção de história fundamentada em inúmeras realidades e fenômenos e em distintas temporalidades de longa duração.

A grande dificuldade em se abordar a história do ponto de vista da longa duração é justamente discernir a longa duração porque os ciclos, os interciclos, as crises estruturais, ocultam as permanências de sistemas, isto é velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, por vezes contra toda a lógica "(BRAUDEL, 1992, p.51)

Para Braudel, era importante deixar de lado a história das mentalidades e passar a dedicar-se a história da cultura material ao capitalismo; a história demográfica e a história regional e serial.

Segundo Burke (1989, p.69) era necessário distinguir a nova história cultural da nova história intelectual e social. O novo estilo de história cultural deve ser visto como um desafio a expansão do domínio da cultura. O interesse pela cultura popular tornou a antropologia mais interessante para historiadores, visto que os antropólogos levavam em conta o conhecimento local e não oficial como informação, o que levou a história cultural a assumir uma espécie de etnografia retrospectiva.

Escreve o historiador Burke que até o século XVIII: "O termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música (...) hoje contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante." (BURKE, 1989, p. 25)

Com esta mesma visão, da amplitude que se deva dar ao termo cultura e à valorização do cotidiano, Ginzburg (1991) alega que só recentemente a história se aproximou do popular e que cultura teria o caráter dinâmico e possuiria a faculdade de "circular" entre os setores da sociedade, acrescentou que:

Só através do conceito de "cultura primitiva" é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como "camadas inferiores dos povos civilizados" possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe." (GUINZBURG 1991, p. 17)

Para Chartier (2002) o trabalho do historiador está dividido em duas exigências. A primeira, clássica e essencial, consiste em propor a inteligibilidade mais adequada possível de um objeto, de um corpus, de um problema; a segunda obriga a história a travar um diálogo com outros questionamentos filosóficos, sociológicos, literários etc.

Quanto a definição de cultura, acrescenta que se deve pensar como sendo inclusive aquelas que designamos como relação econômica ou social organiza-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de cultura, quer seja comum a toda uma sociedade ou grupo determinado.(CHARTIER, 2002, p. 59).

Mas como se construiu esta história das mentalidades? Chartier (2002, p.63) afirma que:

Majoritariamente, a história das mentalidades construiu-se aplicando a novos objetos, os princípios da inteligibilidade previamente testados na história das economias e das sociedades. De onde suas características específicas: a preferência dada a maioria, portanto à investigação da considerada popular, a confiança na cifra e na série, o gosto pela longa duração, e a primazia concedida ao recorte sócio-profissional.

É na linha de pensamento de Chartier que as idéias de Michel de Certeau podem ser bem compreendidas. Michel De Certeau foi um historiador dedicado aos estudos de religião e experiências místicas entre os séculos XVI e XVIII, sendo conhecido como defensor da chamada: "História pós-moderna", e dentro desta perspectiva, destacava a importância da multi e interdisciplinaridade entre história, lingüística e antropologia.

Assim como Chartier, De Certeau (1995) observou que a caracterização de um grupo não se deve ao tipo de cultura que ele produz, mas ao uso que esse grupo faz desse objeto. Dessa forma, o autor também não delimita o conceito de cultura popular em função dos setores da hierarquia social, pois, para ele, só seria possível pensar a cultura no plural.

Os temas principais que se dedicava De Certeau, (1995) podemos citar "as maneiras de fazer cotidianas" das massas anônimas. Deu ao "sem nome", ao "rumor sem qualidade", ao "minúsculo", ao "vivido" o estatuto de objeto científico e tornou compreensão epistemológica observações generosas sobre essa realidade, sem o medo que, ainda hoje, paralisa muitos intelectuais quando se trata de se pronunciar sobre o banal cotidiano.

Em sua obra A invenção do Cotidiano, Certeau (2003) trabalha a idéia do lado fraco da produção cultural: a recepção anônima da cultura ordinária, criatividade de pessoas comuns. Procura interpretar as práticas usuais do indivíduo comparando prática de discursos e períodos entre si e noções sobre filosofia da ação humana em sociedade.

Os questionamentos de De Certeau (2003, p. 37) nasceram sobre as operações dos usuários de forma a fornecer os caminhos a análises ainda por fazer e com objetivo de que o fazer cotidiano, "deixasse de ser pano de fundo".

Segundo Domingues (2009) podemos resumir sobre o surgimento da "história nova", que esta preconizava: a história de todas as atividades humanas; a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema; um "método retrospectivo", uma nova dialética do presente/passado; o alargamento da grade temática investigativa e um novo conceito de fonte histórica; defendia a interdisciplinaridade, proclamando a

colaboração da história com outras disciplinas e postulava a construção da “história-total”.

Nesse aniversário de 80 anos, o que importa destacar aqui é que as inovações produzidas pelo movimento dos Annales foram profundas e significativas: desde a incorporação de novos objetos e a ampliação do campo de atuação do historiador, passando pela descoberta de novas fontes, abordagens e problemáticas, até o desenvolvimento de novos conceitos e ferramentas analíticas.

Entendemos ser importante dentro deste relatório, apenas para contextualizar, fazer também breves comentários sobre toda esta manifestação da Nova História Cultural na História da Educação.

A história da educação segundo Santos (2007,p.232) entende-se aquela que:

É a designação comumente usada para indicar a área de ensino e investigação dedicada à interpretação e problematização do passado educativo em função de três categorias irreduzíveis: a temporalidade a facticidade e a memorialidade.

Segundo Magalhães (2007, p.16/17) falar de história da educação é aproximar-me de um quadro que articula as dimensões de erudição, ciência e ensino (...). A produção em História da Educação, correspondendo a necessidades e desafios de natureza científica, pragmática e discursiva, incluindo o ensino, engloba, em qualquer das circunstâncias, dois grupos fundamentais: historiadores e educacionistas (...). No caso particular de Portugal, esta área está nas últimas duas décadas gravada pela publicação de marcos de valor e méritos excepcionais que constituem uma referência obrigatória para o conhecimento e para a produção historiográfica.

Em 1996, foi realizado o II Encontro de História da Educação, onde se observou que a disciplina de História estava a funcionar em uma generalidade de cursos.”Aduz Magalhães (2007) que:

Foi significativo também, concluir que a História da Educação se abria a um vasto campo de investigação, construído pela inventariação de novos temas, pela construção de novos objectos epistêmicos e pela recuperação de uma vastidão de fontes, reforçando uma abertura interdisciplinar (...) (MAGALHÃES ,2007,P.24).

Segundo Magalhães (2007 p.26-33) a escola foi objecto de abordagens intensivas conjunturais e de curta duração e segmentados por nível de ensino. Mas foi com as perspectivas de abordagem de uma nova historia cultural que a historiografia da escola sofreu uma assinalável

renovação com recurso a fontes etnográficas, a narrativas de alunos e de professores e arquivos fotográficos. Hoje, que os grandes padrões teóricos e metodológicos caíram é necessário retomar a via da construção historiográfica, ainda que a tal possa corresponder uma nova humildade científica. Aduz ainda que:

Cabe à historiografia construir a educacionalização como objecto epistémico: discernindo – lhe o (s) sentido (s), tempos, quadros, contextos, processos; conhecendo e dando a conhecer o educacional, seus conteúdos, permanências, transformações suas implicações e formas de legitimação, em termos materiais simbólicos, organizacionais, institucionais.(...) (MAGALHÃES, 2007, p.33).

Segundo Ramos do Ó (2007, p.56) em análise de métodos e processos na escrita científica da história da educação em Portugal, comenta que:

A história da Educação é marcada por um enfoque plu-disciplinar, por uma eclética relação com a teoria e com as práticas de investigação. É nesse pluralismo metodológico que, na minha perspectiva se encontra a melhor das notícias que o acervo das teses de doutoramento encerra.

Ao final diz que: “a nossa condição intelectual assume hoje a possibilidade, sem que o rigor científico seja com isso beliscado, bem pelo contrário, de um envolvimento directo com o objecto de estudo” (RAMOS DO Ó, 2007 p.68).

Falcon (2006) afirma que a partir dos anos de 1970, verifica-se a importância crescente da história cultural e a ausência quase completa de trabalhos relativos à história cultural da educação, tema excluído dos trabalhos dos historiadores até este período. Já para a década de 1980, começam a aparecer temas de debates que interessam aos historiadores propriamente e aos historiadores da educação, como as relações entre história e cultura; a tentativa de considerar a história cultural em duas perspectivas: uma que lhe atribui o recorte e análise de objetos culturais, e outra que privilegia os pressupostos metodológicos, abordando tanto as práticas sociais como as suas representações, de acordo com concepções das diversas teorias sociais.

Para Falcon (2006) a história cultural é um campo multi ou interdisciplinar, não apenas um tipo de abordagem, nem apenas um novo espaço ou dimensão do real, e enfatiza a necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre a educação como um tema/objeto de investigação necessário à compreensão da formação cultural de uma sociedade.

Com a abertura dos métodos e fontes de pesquisa na área da Nova História Cultural e conseqüentemente sua influência na história da educação, no Brasil, pode-se observar iniciativas de pesquisas em campos antes

desvalorizados como cultura popular dos negros, danças folclóricas, escravos, quilombolas, índios e todo um setor de “marginalizados” como as favelas cariocas ou sobre os “sem teto” e desabrigados de São Paulo, até análise de vida dos garimpeiros, a vida dos “sem Terra” e dos jovens e adultos analfabetos, ou seja, abriu-se um campo infinito de temas a serem estudados e analisados sob o ponto de vista histórico sociológico e cultural.

Não são apenas os temas propriamente ditos que nos revelam pesquisas subsidiadas pela Nova História Cultural, mas a diversidade de fontes e métodos utilizados na produção dos mesmos.

As dificuldades que enfrentam os pesquisadores no mundo inteiro quanto à falta de iniciativa pública e investimento para pesquisa se faz sentir no Brasil igualmente, mesmo assim os brasileiros nos últimos 20 anos, apresentam em história da educação, um crescimento da literatura com resultados de pesquisas acadêmicas relevantes e de qualidade com reconhecimento em todo mundo bem como subsidiando conferências nacionais e internacionais em historia da educação.

REFERÊNCIAS:

BURKE, Perter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Perter. O que é História Cultural? Trad. Sergio Gomes de Paula. Ed. Jorge Zahar, R. Janeiro. 2005.

BIRARDI, Angela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. **O Positivismo, Os Annales e a Nova História** (s/d) -Revista Klepsidra- Disponível em <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>> acesso em 24 /02/2011.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CHARTIER, R.(2002). *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAMOS DO Ó, Jorge. **A História da Educação em Portugal**. Balanço e Perspectivas. Métodos e Processos na Escrita Científica da História da Educação em Portugal. (Cap. 2). Orgs. Pintassilgo, Joaquim; Alves, Luiz Alberto; Correa, Luís Grosso; Felgueiras, Margarida Louro. Edições ASA 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Palestra proferida pelo autor na IX Semana de História da Universidade Federal de Sergipe, em 24 de novembro de 2009. Disponível em <<http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=131>> acesso em 23/02/2011

DE CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995

_____. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Trad. Ephraim Ferreira Alves, Editora Vozes, 2003.

FALCON, Francisco José Calazans. **História cultural e História da Educação**, Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf>

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3.^a edição, Lisboa: Editorial Presença, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Cia das Letras, 1991

MAGALHÃES, Justino. **A História da Educação em Portugal**. Balanço e Perspectivas. A História da Educação em Portugal (cap.1) Orgs. Pintassilgo, Joaquim; Alves, Luiz Alberto; Correa, Luís Grosso; Felgueiras, Margarida Louro. Edições ASA 2007.

SANTOS, Teresa Maria. **A História da Educação em Portugal**. Balanço e Perspectivas. Perfil da História da Educação – cap.8. Orgs. Pintassilgo, Joaquim; Alves, Luiz Alberto; Correa, Luís Grosso; Felgueiras, Margarida Louro. Edições ASA 2007.